



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA

**2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COORDENADORIA DE CÂMARAS
ESPECIALIZADAS DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

PROPOSTA Nº 04/2018 – CCEEST

Goiânia – 18 a 20 de abril de 2018

ASSUNTO	:	Manifestação do Sistema Confea/Crea (Decreto 9.235)
PROPONENTE	:	NELSON A. BURILLE CREA-RS
DESTINATÁRIO	:	CEEP

Os Coordenadores das Câmaras Especializadas e Representantes de Plenário da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia de **Segurança** do Trabalho dos Creas-CCEEST, durante a segunda reunião ordinária no CREA-GO, no período de 18 e 20 de abril de 2018, aprovam a presente proposta de seguinte teor:

a) Situação Existente:

No dia 18 de dezembro de 2017 foi publicado o Decreto nº 9.235 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino, que revogou o decreto nº 5.773/2006.

A seção VIII que trata da autorização de cursos determina que quando da oferta de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, pelas universidades e os centros universitários, estes requerem manifestação prévia através Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Nacional de Saúde, além de depender de autorização por parte do Ministério da Educação. A criação dos demais cursos, inclusive os de Engenharia, não requerem manifestação por parte do conselho de classe, no caso o CONFEA, conforme redação deste decreto:

Art. 41. A oferta de cursos de graduação em Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, inclusive em universidades e centros universitários, depende de autorização do Ministério da Educação, após prévia manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º Nos processos de autorização de cursos de graduação em Direito serão observadas as disposições da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

§ 2º Nos processos de autorização de cursos de graduação em Medicina, realizados por meio de chamamento público, serão observadas as disposições da Lei nº 12.871, de 2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CONFEA

§ 3º A manifestação dos Conselhos de que trata o caput terá caráter opinativo e se dará no prazo de trinta dias, contado da data de solicitação do Ministério da Educação.

§ 4º O prazo previsto no § 3º poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a requerimento do Conselho interessado.

§ 5º O aumento de vagas em cursos de graduação em Direito e Medicina, inclusive em universidades e centros universitários, depende de ato autorizativo do Ministério da Educação.

§ 6º O Ministério da Educação poderá instituir processo simplificado para autorização de cursos e aumento de vagas para as IFES, nos cursos referidos no caput.

Conforme observa-se na redação deste artigo há uma grande diferença de tratamento entre os dados aos cursos de direito e medicina, onde há condicionamento ao cumprimento de suas leis profissionais (lei nº 8.906/94, ao direito, e lei nº 12.871/13, à medicina), e sem proteção a Engenharia, sem submeter ao seu conselho profissional, CONFEA, e a lei nº 5.194/66.

b) Propositura

Assim, requeremos que o CONFEA, interceda junto a Casa Civil e ao Ministério da Educação no sentido da Engenharia ter o mesmo tratamento dispendido aos cursos de Direito no sentido de alterar o referido decreto concedendo a seguinte redação a este artigo:

Art. 41. A oferta de cursos de graduação em Direito, **Engenharia**, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, inclusive em universidades e centros universitários, depende de autorização do Ministério da Educação, após prévia manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, **Conselho Federal de Engenharia e Agronomia** e do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º Nos processos de autorização de cursos de graduação em Direito e **Engenharia** serão observadas as disposições da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 e da **Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966**, respectivamente.

c) Justificativa:

É livre a criação de cursos superiores de graduação por parte das universidades e os centros universitários, dependendo apenas de autorização do Ministério da Educação, entretanto os cursos de Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem requerem manifestação prévia por parte do Conselho Nacional de Saúde, e o de Direito, por parte do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, além da observação das leis que regulamentam as profissões dos cursos de Direito e Medicina.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – CONFEA

Com relação a Engenharia, não há necessidade de manifestação por parte do seu conselho de classe – CONFEA, assim como observar os requisitos estabelecidos na legislação profissional da Engenharia prevista na lei nº 5.194/66.

Assim, observa-se um tratamento desigual e diferenciado entre estas profissões. Cabe ainda salientar que o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia tem o dever legal de organizar e manter atualizado os títulos concedidos pelas faculdades, assim com seus cursos e currículos, conforme previsto no art. 11 da lei nº 5.194/66. Ora para realizar tal empreitada é necessário o conhecimento prévio do conteúdo programáticos dos currículos dos cursos para poder conceder as atribuições profissionais de acordo com a formação acadêmica.

O conselho federal – CONFEA ainda tem a atribuição legal, prevista na alínea “j” do art. 27 da mesma lei, de publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino, devendo assim, também ter conhecimento prévio das universidades e os centros universitários que pretendam ofertar cursos de Engenharia.

E ainda compete aos conselhos regionais, que são vinculados ao conselho federal, organizar e manter atualizado o registro das escolas e faculdades, conforme previsto na alínea “p” do art. 34, além de apreciar e julgar os pedidos de registro das escolas ou faculdades na Região, conforme previsto na alínea “d” do art. 46, respectivamente, da lei nº 5.194/66.

Assim não resta dúvida que é de suma importância segurança técnica que o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia manifeste-se a respeito do currículo escolar da formação dos futuros engenheiros os quais terá que conceder atribuições profissionais para o exercício de suas atividades, de modo que possam realizar serviços e obras com segurança, evitando tragédias.

d) Fundamentação Legal:

Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

e) Sugestão de Mecanismos:

Que o CONFEA interceda e solicite ao Ministério da Educação e Casa Civil da Presidência da República a alteração do Decreto nº **9.235**, de 15 de dezembro de 2017, conforme proposto

Eng. Seg. Trab. NELSON A. BURILLE
Proponente – CREA/RS

Eng. Seg. Trab. Luiz Antônio de Melo